

regional e local do Estado, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 128/2015.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 7 de fevereiro de 2016.

5 — Publique-se no *Diário da República*.

10 de fevereiro de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Isabel Maria Costa Ramos

Data de nascimento: 29 de agosto de 1961

2 — Formação Académica:

Licenciatura em Direito, na menção jurídico-económicas, concluída em outubro de 1986, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Frequência da pós-graduação em “Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado”, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2008.

3 — Formação Específica:

Aprovação no Curso Avançado em Gestão Pública (CAGEP) em 2011, e no Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) em 2009.

4 — Experiência profissional:

Secretária-Geral-Adjunta do ora designado Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social desde 14 de fevereiro de 2011; diretora de serviços da Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de novembro de 2008 a fevereiro de 2011; diretora de serviços, em regime de substituição, da Direção de Serviços de Apoio Jurídico e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de março a outubro de 2008; consultora jurídica do Gabinete Jurídico e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de novembro de 2001 a março de 2008; assessora da comissão liquidatária da ex-CRCB — Companhias Reunidas de Congelados e Bacalhau, S. A., de maio de 1997 a outubro de 2001; exercício de cargos dirigentes, nas áreas de recursos humanos, apoio jurídico e contencioso na CRCB, SA de novembro de 1986 a abril de 1997; exercício de funções técnicas num organismo de coordenação económica, de janeiro de 1980 a novembro de 1986, exercício de advocacia de 1990 a 2008.

209397098

Despacho n.º 3456/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnico Especialista do meu Gabinete, o mestre Laurentino da Cruz Regado.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 4 de fevereiro de 2016.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

29 de fevereiro de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Laurentino da Cruz Regado

Data de Nascimento: 31 de dezembro de 1961

2 — Formação académica e formação específica:

2013 — Mestrado em Sociologia, pela Universidade do Minho; 2007 — Pós-Graduação em Gestores de Formação para as Autarquias Locais, CEFA/Universidade Católica do Porto; 2005 — Curso Intensivo de Curta Duração em Direito das Autarquias Locais, pela Universidade do Minho; 2003 — Licenciatura em História, pela Universidade Aberta, Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Profissional de Seguros na Delegação de Viana do Castelo da Zurich Insurance, Formador no âmbito de programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

209397202

Despacho n.º 3457/2016

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP) concluiu o procedimento concursal para o cargo de Secretário-Geral da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em obediências às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública.

Considerando o caráter eminentemente técnico-administrativo da missão da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nomeadamente nos domínios da gestão de recursos internos, prestação de apoio técnico-jurídico e contencioso, controlo da documentação, informação e da comunicação e relações públicas, bem como a prestação de serviços partilhados nos domínios dos recursos humanos, da formação profissional nas matérias transversais, da negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial;

Considerando que o júri do mencionado procedimento concursal nos termos previsto no n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor, apresentou uma proposta de designação indicando três candidatos, entre os quais a ora designada, determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, designo a licenciada Maria João Paula Lourenço, em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, para exercer o cargo de Secretária-Geral da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a que se refere o n.º 3 do Decreto Regulamentar n.º 21/2012, de 8 de fevereiro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2014, de 30 de outubro.

2 — A designada fica autorizada, caso pretenda, a optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos e com os limites previstos no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Gabinete do Ministro administração central, regional e local do Estado, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 128/2015.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 8 de fevereiro de 2016.

5 — Publique-se no *Diário da República*.

29 de fevereiro de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Maria João Paula Lourenço

Data de nascimento: 20 de abril de 1957

2 — Habilitações académicas e específicas:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1980; Pós-graduada em Integração Europeia — dominante Económica, pela Universidade Católica Portuguesa; Proficiency in English; Curso Avançado em Gestão Pública, ministrado pelo INA, em 2009.

3 — Experiência profissional:

Secretária-Geral do ora designado Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social desde 4 de novembro de 2010; Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) — subinspetora-geral, de 1 de julho de 2008 a 3 de novembro de 2010; Direção-Geral do Tribunal de Contas — auditora-chefe da Unidade de Apoio Técnico 2 do Departamento de Auditoria VIII — Sector Empresarial Autárquico, desde 24 de junho de 2002 até 30 de junho Gabinete do Ministro de 2008; Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE) — subdiretora-geral, de 1 de fevereiro de 1998 até 23 de junho de 2002; Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (SEALOT) — adjunta de 7 de novembro de 1995 a 31 de janeiro de 1998; Inspeção-Geral da